

Paulo Lareano produz vinho licoroso do Pico a 900 euros

O enólogo Paulo Lareano acaba de colocar no mercado um vinho licoroso do Pico com o preço de 900 euros.

Trata-se do Potion Licoroso DOC Pico 2003, estando disponíveis apenas 300 garrafas.

Paulo Laureano lançou, igualmente, outros dois vinhos: Tarelo e Tarelo Monumental.

“Tarelo”, como se sabe, integra a expressão açoriana “não tens tarelo”, usada para indicar “falta de juízo ou sensatez”.

Segundo o enólogo, este foi o mote para se fazer uma reinterpretação e criar a marca Tarelo, com o objetivo de elevar a expressão a um novo patamar, transformando-a num símbolo de sofisticação e qualidade.

Três vinhos distintos

A marca Tarelo quer marcar um novo capítulo na história do vinho português, com ênfase na ilha do Pico, “que pretende ser um convite à descoberta do que torna cada vinha e cada uva únicas”.

Os primeiros lançamentos da Tarelo são três vinhos distintos: Tarelo IG Arinto e Verdelho 2019 Branco, um vinho branco de carácter exótico, fresco e elegante, com 6.600 garrafas disponíveis a 30 euros; Potion Licoroso DOC Pico 2003, um licoroso de 20



anos feito a partir de uvas cultivadas no lajido, um solo vulcânico único que confere aos vinhos uma identidade irrepreensível, e Monumental Arinto 2018 Branco, um vinho proveniente da casta Arinto do Pico, uma das mais ancestrais da ilha, com mil garrafas disponíveis a 80 euros.

Com raízes nos Açores

“Com raízes nos Açores, mas com

um espírito de exploração e inovação, está no plano de negócios da marca explorar a diversidade e a riqueza que as ilhas ainda têm por explorar”, sublinha o enólogo, que adianta a filosofia da marca: “No stupid people beyond this point” (Não existem pessoas estúpidas além deste ponto), é o lema que norteia a estratégia, “uma promessa de excelência, de vinhos que refletem o terroir onde são cultivados e que podem ser apreciados por aqueles que entendem e valorizam a arte da vinificação”, adian-

ta Paulo Laureano.

Cada garrafa de Tarelo conta uma história de tradição, dedicação e paixão, transmitida através dos sabores e aromas únicos dos vinhos portugueses, em específico dos Açores.

Paulo Laureano é mais do que um enólogo, considerado um artista, um educador e, acima de tudo, um apaixonado por vinho.

A sua jornada inicia-se como agrónomo, percorrendo um caminho fascinante que o leva por Portugal, Espanha e Austrália, e que inclui uma década a leccionar na Universidade de Évora.

Em 1993 orienta-se para a sua verdadeira vocação: desenhar vinhos.

Hoje, é reconhecido como um dos enólogos portugueses mais conceituados, sendo uma referência incontornável nos vinhos do Alentejo.

Em 1999, a paixão partilhada com a família pelo vinho leva-o a criar a sua própria empresa, um projecto que cresce e assume cada vez mais importância na sua vida.

O compromisso inabalável com as castas portuguesas é uma expressão do seu respeito pela tradição e cultura vinícola de Portugal.

Para Paulo Laureano, “o vinho é mais que uma bebida; é um factor de civilização, um meio através do qual a cultura é partilhada e celebrada”.

Federação das Pescas não admite mais cortes nas verbas para o sector

A Federação das Pescas dos Açores (FPA) alertou ontem para a redução das verbas destinadas ao sector, de 19% desde 2021, e avisou o Governo Regional que não vai consentir mais cortes no Orçamento para 2024.

“Chamamos à atenção do Governo de que não podemos consentir mais cortes orçamentais no sector das pescas para 2024. Esperamos que tenham isso em atenção para que, de uma vez por todas, a pesca nos Açores seja vista de forma diferente”, afirmou o líder da FPA.

Gualberto Rita falava após uma reunião com o Presidente do Governo dos Açores, a propósito das antepropostas de Plano e Orçamento Regional para 2024, realizada na Horta.

O dirigente federativo lembrou que em 2021 a Região alocou 41,7 milhões de euros às pescas, valor que baixou em 2022 (38,7 milhões) e em 2023 (33,7 milhões).

“Desde 2021 que as pescas têm sofrido cortes no Orçamento. Comparativamente de 2021 para 2023 já vamos em cortes na ordem dos 19% em cerca de oito milhões de euros. São valores que fazem bastante falta ao sector da pesca nos Açores”, refor-

çou.

O Presidente da FPA alertou para os “constrangimentos” vividos no sector, como a “limitação de quotas em várias espécies” e a falta de enquadramento dos apoios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) à frota da Região.

Gualberto Rita revelou que os pescadores e armadores ainda não receberam as verbas do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI) relativas a 2021 e 2022.

“Temos dois anos em atraso do POSEI (...). Além disso, o Plano de Recuperação e Resiliência para as pescas foi nulo. Não houve qualquer verba. Não tivemos acesso ao apoio aos custos de energia ao contrário do que aconteceu com os nossos colegas da Madeira e do continente”, disse.

O responsável pela FPA considerou que a implementação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) em 30% do mar dos Açores até ao final do ano vai “diminuir significativamente os rendimentos dos pescadores”.

“Esperamos que o Governo esteja sensível à reivindicação das pescas



nos Açores, porque consideramos que isso pode meter em causa o futuro do sector. De forma geral, o Governo Regional foi demasiado ambicioso”, afirmou, apelando para que a criação de AMP não seja feita “à pressa”.

Já a 29 de Agosto, a Federação das Pescas dos Açores defendeu o alargamento do prazo da reforma do Parque Marinho e da rede de Áreas Marinhas Protegidas do arquipélago, por as “necessidades, sugestões e alterações propostas pelo sector” não terem sido consideradas.

O Orçamento para 2024 vai ser o primeiro a ser votado, após a IL e o deputado independente terem de-

nunciado os acordos escritos que sustentavam o Governo Regional.

Os três partidos que integram o Governo Regional (PSD, CDS-PP e PPM) têm 26 deputados na Assembleia Legislativa. Com o apoio do deputado do Chega, somam 27 lugares, número insuficiente para a maioria.

A Assembleia Legislativa dos Açores é composta por 57 deputados e, na actual legislatura, 25 são do PS, 21 do PSD, três do CDS-PP, dois do PPM, dois do BE, um da Iniciativa Liberal, um do PAN, um do Chega e um deputado é independente (eleito pelo Chega).